

EDITORIAL

Num mundo em que o desenvolvimento das nações parece estar ligado à inserção das economias nacionais no mercado internacional reunimos, neste número da GEOUSP 14, um conjunto de artigos que procuram discutir questões ligadas à globalização da sociedade em que, até mesmo as discussões que aparentemente se apresentam como particulares, mais ligadas às discussões, às ações locais, estão intimamente relacionadas e só podem ser entendidas sob a ótica mundial.

Apresentam-se, assim, análises sobre elaborações e incorporações de conceitos que são divulgados pelos organismos internacionais e que servem como balizadores na redefinição e articulação dos Estados-Nações, principalmente em relação à apropriação e uso do chamado "*patrimônio natural*", bem como as definições, no caso já aceitas internacionalmente, que se incorporam aos organismos de gestão ambiental de cada nação.

Do mesmo modo que os conceitos, as legitimações de ocupações de espaços, principalmente daqueles cuja aprovação é dada pelos organismos internacionais, como por exemplo a ONU, promovem não só conflitos pela posse de um território como também a manifestação e crescimento do racismo e da discriminação racial. Essa é a grande contradição: neste mundo dito globalizado há um fortalecimento de dinâmicas espaciais excludentes, que historicamente acompanharam a nossa civilização.

Faz parte ainda do processo de globalização, a entrada, consolidação e, posteriormente, expansão de mercados, de grandes empresas multinacionais que, em sua estratégia de consolidação de uma rede internacional, reproduzem nos mais diferentes espaços nacionais formas semelhantes de atuação. No caso brasileiro, um dos artigos apresentados neste número discute a estratégia de uma empresa (o Carrefour), que escolheu as metrópoles e grandes cidades para a localização de seus hipermercados,

todos muito semelhantes entre si, com um mesmo *modus operandis*, ainda que levando em conta as particularidades da clientela brasileira.

Mas pertencer e fazer parte da globalização capitalista pode implicar na perda dos referenciais locais e na incorporação do que se coloca como mundial. O estudo sobre os *dekasseguis* apresenta uma nova dimensão sobre a questão: ainda que possuam referenciais culturais do país para onde migram, no caso, o Japão, recriam espaços e serviços que recuperam um outro lugar: o Brasil.

Partindo para um outro aspecto da globalização, em que o turismo se apresenta como uma outra possibilidade econômica, temos a análise da tríade MATE -Meio Ambiente (MA), o Trabalho (T) como indicador do meio social, e a Economia (E), como elemento fundamental para o entendimento das políticas regionais de desenvolvimento turístico que, apesar de aparentemente ligadas a um Estado nacional específico, são articuladas e gerenciadas de modo similar em Estados-nações diferentes, demonstrando a tendência à homogeneização do pensar o espaço como internacionalizado economicamente.

São apresentados ainda, textos que tratam de processos instaurados em lugares particulares em que podemos perceber análises que se reportam para as articulações entre o local e o global. Até mesmo estudos ligados a processos de desertificação do Nordeste brasileiro incluem, como não poderia deixar de acontecer, a discussão sobre a difícil relação homem-sociedade/sociedade-natureza localizada espacialmente nos sertões nordestinos, fortemente marcada pela ocupação desse espaço ao longo da constituição do território brasileiro, só entendida pela articulação com o espaço mundial.

No conjunto, o rol de títulos deste número tem em comum a discussão em que o global e o local se articulam em um processo de reprodução espacial que, mesmo sob a égide mundial, encontra resistências, quase sempre locais.